

SOARES, para relatar quanto à reclassificação etária para exibição em televisão após as 21:00 horas, em virtude da interposição de recurso à classificação da Subsecretaria de Classificação Indicativa, que o liberou para após as 22:00 horas. Esgotado o tempo, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária-Executiva.

FÁBIO LUIZ PEREIRA DE MAGALHÃES
Presidente do Conselho

SANDRA DE TOLEDO
Secretária-Executiva

(Of. nº 38/89)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 148ª REUNIÃO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1988 (MANHÃ)

Às 10:00 do dia 30 de novembro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308, do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: ELIOAR GUZZELLI - Conselheiro Presidente; ED MUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDICTO AZEVEDO DO MARQUES, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZAR DO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e RENÉ ARIEL DOTTI. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. I- Convitado presente: Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA - Secretário de Justiça e Segurança Pública/MJ. II- Apreciação das Atas nºs 145 e 146 - aprovadas à unanimidade. III- Comunicações: a) Pelo Presidente foi transmitido ao Colegiado que através da Portaria Ministerial nº 21, de 13 janeiro de 1989, o Doutor LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY foi designado membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e que, naquele momento, estando o Conselheiro em aprego presente à sessão, declarava-o empossado no cargo, formulando votos de fecundação da gestão. Agradecendo, o Conselheiro MARREY, registrou seu contentamento por participar dos trabalhos do CNPCP, bem como por seu desempenho em relevantes cargos exercidos anteriormente no Ministério da Justiça, durante a gestão do Excelentíssimo Senhor Ministro PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO; b) pelo Conselheiro JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES, igualmente foi transmitido cumprimentos ao ilustre Conselheiro MARREY, por sua recente integração ao CNPCP; à comunicação mencionada, somaram-se os demais membros do Colegiado; c) pelo Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, foi sugerido que o Conselho encaminhasse correspondência ao Ministro PAULO BROSSARD, no sentido de transmitir agradecimentos pela confiança depositada ao Conselho no período em que dirigiu a Pasta da Justiça do Brasil. Referida sugestão foi acolhida unanimemente, e, o Conselheiro EDMUNDO, incumbido pelo Presidente, redigirá o expediente em aprego. IV- Estudo para adaptação da Lei de Execução Penal à nova Constituição - Relator: Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO - Por determinação do Presidente, segue abaixo transcrito na íntegra, o teor do Relatório - "1. CRITÉRIOS CONSTITUCIONAIS DE EXECUÇÃO DA PENA - A Constituição Nacional assegura em seu Artigo 59, Inciso XLVIII que: "a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade de e o sexo do apenado;" objetivando garantir a efetiva individualização executória da pena privativa de liberdade. A adaptação da Lei de Execução Penal vigente àquele dispositivo constitucional, exige três alterações na mencionada Lei 7.210/84. 1.1. Em primeiro lugar, a norma constitucional somente terá eficácia concreta na medida em que as estruturas penitenciárias dispuserem de um comando legal a partir da classificação do condenado podendo, deste modo, orientar esta triagem dentro dos parâmetros constitucionalmente fixados. Assim, é imprescindível que no Artigo 59 da Lei de Execução Penal se façam incluídos os critérios de idade e de natureza delitiva como componentes essenciais da seleção prisional. A proposta, portanto, dirige-se no exato sentido de que o Artigo 59 da Lei 7.210/84 passe a vigorar com a seguinte redação: "Art. 59 - O condenado deverá ser classificado, segundo a sua idade, seus antecedentes, sua personalidade e a natureza do delito, para orientar a individualização da execução penal." 1.2. A segunda mudança necessária diz respeito ao deslocamento do atual Parágrafo 1º do Artigo 82 da Lei de Execução Penal. Pela sistemática de adaptabilidade desta Lei à Constituição, aquele dispositivo passará a integrar outro artigo até por questões didáticas. Assim, suprimido o Parágrafo 1º do Artigo 82, o Parágrafo 2º do atual texto constituir-se-á no Parágrafo Único do mencionado diploma legal. 1.3. A derradeira alteração visando adaptar os critérios constitucionais à Lei de Execução Penal corresponde à fixação de regras simples e objetivas quanto à classificação dos condenados em relação aos estabelecimentos carcerários. A previsão de um artigo específico a regular esta matéria visa agrupar todos os princípios já consagrados na legislação executória, acrescentando-se-lhes outras matrizes no intuito de satisfazer a disposição constitucional. As preocupações legislativas com os estabelecimentos penais destinados a mulheres, a presos provisórios, a presos primários e a condenados ao cumprimento de prisão civil repletas - exatamente - os textos em vigor. Houve apenas organicidade das normas ora reunidas num mesmo artigo desta Lei. A inovação diz respeito à idade, atentando-se ao constitucionalista. Fica reconhecida, ademais, a impossibilidade de separação física de presos segundo a natureza dos crimes praticados: o número de estabelecimentos penais necessários à adoção concreta desta separação inviabilizaria a própria ação penitenciária. Por isso, a única forma de selecionar condenados segundo a natureza delitiva é proceder a uma criteriosa triagem classificatória no instante em que o condenado aporta ao cárcere. Noutro ângulo, há imperiosa necessidade de que a Lei contemple uma fórmula eficaz de coibir os abusos administrativos e jurisdicionais materializados no genérico e permanente desrespeito à lei positiva. Daí a inclusão de um parágrafo único no citado artigo viabilizando a possibilidade imediata da interposição de habeas corpus sempre que houver descumprimento dos postulados legais. As condutas funcionais adotadas ao arripio da norma expressa passam a caracterizar abuso de poder sujeitando o infrator, além da censura administrativo-funcional, à responsabilização cível ou criminal correspondentes. É esta a forma mais simples de garantir o assíduo exercício fiscalizador e de controle da execução da pena mantendo as autoridades administrativas e judiciais atentas ao respeito ao Direito expresso. Uma inovação digna de registro diz respeito ao preso primário. Não é possível, pelas contingências da Economia Nacional, garantir-lhe estabelecimentos carcerários especiais, todavia, ao mesmo tempo tem-se mostrado ineficiente a norma que ordena a separação em seções distintas de um mesmo estabelecimento penal. Por isso, é necessário que lhe reservem compartimentos independentes de um mesmo conjunto arquitetônico onde a separação em relação aos reincidentes seja absoluta. Além disso, a separação de condenados necessita atentar para os presos policiais e agentes penitenciários, além dos serventuários da Justiça Criminal. É que a experiência vem comprovando a natural animosidade que o ambiente carcerário reserva àqueles que, preteritamente, ligaram-se a repressão à criminalidade. No Rio Grande do Sul, a par da teimosia das cúpulas da Polícia Civil, está criado o problema com o recolhimento de policiais condenados ao comum das penitenciárias gerando insólitos que se vinculam às administrações carcerárias. O critério de idade do condenado adota a sistemática consagrada no Direito Penal Brasileiro. O menor de dezoito anos é imputável e, por isso, jamais poderá ser recolhido a estabelecimento penal. O imputável menor de

21 anos à época do fato e o maior de 70 anos à época da sentença necessitam cumprir penas em estabelecimentos distintos dos demais condenados. A justificativa é idêntica à preconizada pelo Direito Substantivo: o menor de 21 anos não goza do pleno desenvolvimento de sua capacidade intelectual e volitiva; enquanto a perda gradativa destas capacidades atinge o septuagenário. Esta visão adaptativa exige, pois, a alteração do Artigo 84 da Lei de Execução Penal que passa a vigorar segundo o seguinte texto: "Art. 84 - As autoridades executórias obedecerão aos seguintes princípios na organização dos estabelecimentos penais: I- A mulher será recolhida a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal; II- O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado; III- O preso primário cumprirá a pena em compartimento distinto, absolutamente separado dos reincidentes; IV- O condenado que, ao tempo do fato, era agente policial ou penitenciário ou era funcionário da Justiça Criminal cumprirá pena em estabelecimento distinto daquele reservado aos demais apenados; V- Em nenhuma hipótese, o menor de dezoito anos à época do fato poderá ser recolhido a estabelecimento penal; VI- Os menores de vinte e um anos à época do fato e os maiores de setenta anos à época da sentença cumprirão penas em estabelecimentos distintos daqueles destinados a outros condenados; VII- A prisão cível, de qualquer espécie, será executada em estabelecimentos especiais. Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer destas regras sem justa causa caracterizará abuso de poder sujeitando os infratores às sanções administrativas, independentemente da responsabilização cível e criminal correspondentes." 2. VALORAÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - A vigente Constituição Brasileira decidiu-se pela valorização funcional do MINISTÉRIO PÚBLICO dotando-o de garantias institucionais, ampliando suas funções, atribuindo-lhe ampla independência funcional e, sobretudo, caracterizando-o como instituição de fiscalização e controle sociais. O Artigo 127 da Constituição reuniu a essência da instituição através do seguinte conceito: "Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis." A adaptação da Lei de Execução Penal ao texto constitucional exige acréscimos e modificações no Capítulo IV da Lei 7.210/84 que trata das atividades do MINISTÉRIO PÚBLICO no âmbito do executório-criminal. Neste desiderato, são necessárias as seguintes alterações na mencionada Lei: 2.1. O conjunto de funções do MINISTÉRIO PÚBLICO no âmbito da execução da pena está a exigir - nas comarcas de médio e grande porte - uma permanente ação fiscalizadora e acentuada especialização profissional. Por isso, as legislações locais - imprescindindo do "promotor de justiça corregedor de presídios". Este promotor de justiça preencherá o latente vácuo que ora existe entre a atividade administrativa de gestores do penitenciarismo e a atividade jurisdicional na execução da pena. Este há de ter sido responsável pela ausência de harmonia entre tais funções que, obviamente, resultam em nítidos prejuízos aos direitos dos condenados. Com as garantias que a Constituição lhe outorgou, o promotor de justiça é o único órgão da execução da pena que poderá suprir esta lacuna. Para tanto, há necessidades da inclusão de um parágrafo único no Artigo 67 da Lei de Execução Penal com a seguinte redação: "Art. 67. O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes de execução. Parágrafo Único. A legislação local criará a função de promotor de justiça corregedor de presídios com atribuições específicas no âmbito da execução penal." 2.2. Posicionando como o órgão da execução da pena situado entre o PODER JUDICIÁRIO e o PODER EXECUTIVO a fim de garantir a plena harmonia das tarefas executórias, o MINISTÉRIO PÚBLICO carcerário da ampliação de suas atribuições legais previstas na Lei de Execução Penal. A independência desta instituição - em relação aos Poderes do Estado - está assentada na própria Constituição vigente que, em capítulo próprio após regular as funções dos poderes tradicionais, ocupou-se do MINISTÉRIO PÚBLICO no Capítulo IV, do Título IV [Da Organização dos Poderes] da mencionada Constituição. Assim, para que a Lei de Execução Penal venha a corresponder aos postulados constitucionais, há necessidade de alterar-se o Artigo 68 da atual legislação executória. A primeira inovação diz respeito ao exercício da atividade de fiscalizadora e controladora dos organismos penitenciários vinculados à Administração Pública. A medida não se constitui em grande novidade porque a própria Constituição vigente deu ao MINISTÉRIO PÚBLICO a função de fiscalizar a atividade da Polícia Judiciária (Art. 129, Inciso VII da Constituição). O controle externo da atividade penitenciária é justificado, além da analogia com a atividade policial, pela imperiosidade de permanente vigilância na salvaguarda dos direitos da pessoa privada da liberdade pelo Estado. Neste espírito, é indispensável garantir que o MINISTÉRIO PÚBLICO efetivamente contará com mecanismos legais que permitirão a concreta ação oficial perante as irregularidades verificadas no ambiente prisional. Por esta razão, terá ele o dever jurídico de inspecionar os estabelecimentos penais, o trabalho das Comissões Técnicas de Classificação e dos Centros de Observação Criminológica ou órgãos congêneres e, ainda, os prontuários e registros de condenados com a finalidade de garantir o princípio constitucional de que ninguém poderá permanecer privado da liberdade por tempo superior ao fixado na sentença condenatória (Art. 59, Inciso XXV da Constituição). Tais inspeções, no mínimo, serão efetivadas mensalmente assegurando-se, deste modo, uma constante ação controladora. Noutro panorama, é sumamente imprescindível que o MINISTÉRIO PÚBLICO disponha de um ferramental legislativo para coibir - com rigor - a criminalidade produzida no interior do cárcere. A experiência brasileira está a comprovar a ineficácia das medidas tradicionais que, sistematicamente, são abafadas pelo corporativismo policial ou penitenciário. Esta criminalidade carcerária constitui-se num dos focos de impunidade hoje presentes na realidade nacional. Por isso, os crimes que mereçam a expressa atenção e preocupação do Constitucionalista (Art. 59, Inciso XLIII da Constituição) merecem tratamento peculiar, desde que praticados no interior de prisões. A investigação desta criminalidade, portanto, necessita ficar afeta ao MINISTÉRIO PÚBLICO atuante no setor executório-penal. Este Artigo 68 da Lei de Execução Penal deve conter uma série de atribuições do MINISTÉRIO PÚBLICO que consistam em posições ao juízo executório. Trata-se de um elenco de medidas indispensáveis à regularidade da vida penitenciária que ampliam as atribuições do promotor de justiça com prindo-se, deste modo, o desiderato constitucional. A inclusão da obrigação do MINISTÉRIO PÚBLICO intentar as ações de execução de penas pecuniárias (complementando-se o que já dispõe o Artigo 164 da Lei de Execução Penal), a proposta de concessão de transferência de presos entre estabelecimentos penais e, envolvendo comarcas distintas, a exigência da concordância do juízo executório da comarca para onde o condenado deseja ser removido; a efetiva dotação das garantias constitucionais ao condenado cuja inquirição ou interrogatório for requerido pela autoridade policial ou seus agentes; a fixação das garantias de segurança de vida aos condenados ameaçados pela massa carcerária ou por agentes penitenciários; a proposta do discutível trabalho externo do condenado recolhido ao regime semi-aberto e, ainda, as propostas de revogação de remição ou de saídas de presos nas hipóteses legalmente previstas - são as medidas importantes a serem atribuídas ao MINISTÉRIO PÚBLICO. Legitimado a estas iniciativas, o MINISTÉRIO PÚBLICO buscará a decisão judicial correspondente. A partir destas avaliações, é possível compor o Artigo 68 da Lei de Execução Penal através de nova redação consagrando os princípios analisados. Desta maneira, este Artigo receberá a seguinte redação: "Art. 68. O Ministério Público exercerá o controle externo da atividade administrativo-penitenciária no território de suas atribuições, incumbindo-lhe ainda: I- inspecionar mensalmente: a) todos os estabelecimentos penais de sua área de atuação, adotando as medidas correccionais pertinentes; b) o trabalho das Comissões Técnicas de Classificação e dos Centros de Observação Criminológica; c) os prontuários e registros carcerários dos condenados da área, garantindo que os mesmos não sejam mantidos presos por tempo superior ao fixado na sentença; II- requisitar diligências ou instaurar procedi-